

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº /2013 (do Sr. Marcos Rogério)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para debater sobre as ações promovidas pelas igrejas no combate ao tráfico e ao consumo de drogas.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater sobre as ações promovidas pelas igrejas no combate ao tráfico e ao consumo de drogas.

Justificação

O consumo de drogas psicoativas tem se mostrado um dos mais complexos e inquietantes fenômenos da atualidade, exigindo que Governo e sociedade assumam a responsabilidade de buscar alternativas que levem à sua melhor compreensão e abordagem.

Tráfico e o consumo de entorpecentes crescem assustadoramente no Brasil. Famílias são destruídas, vidas são dizimadas e, consequentemente, elevam-se os índices de violência e de criminalidade envolvendo jovens, adultos e até crianças com a dependência química.

Há na atualidade intensa mobilização da sociedade acerca do tratamento de usuários de drogas. Esse debate tem se acirrado pelos efeitos deletérios que o consumo abusivo de entorpecentes promove nas cidades, em todos os cantos do Brasil, onde os cidadãos passam a conviver rotineiramente com vidas degradadas, radicalmente afetadas pelas drogas.

Tal situação tem levado à exigência da participação não apenas do Estado, mas de outras instituições, como por exemplo, as igrejas.

A religiosidade e a espiritualidade vêm sendo claramente identificadas como fatores protetores ao consumo de drogas em diversos níveis. Estudos têm apontado para evidência de que as pessoas que frequentam regularmente um culto religioso, ou que dão relevante importância à sua crença religiosa, ou ainda que praticam, no cotidiano, as propostas da religião professada, apresentam menores índices de consumo de drogas lícitas e ilícitas. Além disso, os dependentes de drogas apresentam melhores índices de recuperação quando seu tratamento é permeado por uma abordagem espiritual, de qualquer origem, quando comparados a dependentes que são tratados exclusivamente por meio médico.

Dessa forma, devido ao forte papel de assistência social das religiões no Brasil, a exploração deste tema no parlamento brasileiro seria de grande relevância para a saúde pública.

Sendo assim, releva-se debater sobre as iniciativas das igrejas e de suas ações conjuntas com as organizações não-governamentais e com o governo para alcançar e atender o segmento da sociedade envolvido neste grave problema.

Diante disso, pedimos aos nobres pares acolhimento deste requerimento, para que possamos debater com especialistas, tanto do setor público como do terceiro setor, tema de tamanha importância para o desenvolvimento do país.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2013.

MARCOS ROGÉRIO
Deputado Federal (PDT-RO)